Assentamentos rurais e estratégias de desenvolvimento local no Oeste Catarinense

Bastiaan Reydon
Héctor H. Escobar
James Luiz Berto

Texto para Discussão. IE/UNICAMP
n. 123, jan. 2007
ISSN 0103-9466

Assentamentos rurais e estratégias de desenvolvimento local no Oeste Catarinense

Bastiaan Reydon[1]
Héctor H. Escobar[2]
James Luiz Berto[3]

Resumo

O presente trabalho examina as transformações recentes e o impacto econômico das unidades de produção criadas pelos assentamentos de reforma agrária, mostrando a interface dinâmica que estes estabelecem com os agentes econômicos externos, configurando-se uma alternativa para o desenvolvimento econômico local. Na já significativa literatura acumulada sobre assentamentos rurais no país predominam amplamente os estudos sobre a sua dinâmica interna (socioeconômica, organizacional, cultural, etc.) ou, em menor número, sobre sua viabilidade econômica. São praticamente inexistentes os estudos especificamente voltados para a avaliação dos impactos econômicos dos assentamentos rurais nas regiões em que se situam. Dessa maneira, é apresentado o caso do município de Abelardo Luz, no oeste do estado de Santa Catarina, que por suas características e desempenho mostra, como estes agentes econômicos podem tornar-se instrumentos para uma estratégia de desenvolvimento local.

Palavras-chave: Reforma agrária; Assentamentos rurais; Desenvolvimento local.

Abstract

This paper studies the recent transformations and the economical impacts of the land reform resettlements in Brazil. It shows that strong economical dynamics has been established with the linkages between the resettled and other local enterprises. In the large literature about rural settlements in Brazil prevailed the analysis of its internal dynamics (socio-economics, organizational, cultural, and others) or in less about its economical viability. The studies about the regional economical impacts of the settlements are very few. Her is presented the case of the municipality of Abelardo Luz located at the west of the State of Santa Catarina, because of its characteristics and performance shows how the resettled can be an important agent of local development.

Key words: Land reform; Rural settlements.

---

(1) Professor Doutor do Núcleo de Economia Agrícola do Instituto de Economia da Unicamp. E-mail: basrey@eco.unicamp.br

(2) Professor Adjunto da FCEA da Universidade São Francisco/Doutorando do Instituto de Economia da Unicamp. E-mail: hector@eco.unicamp.br

(3) Professor da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC). E-mail: james@unoesc.rct-sc.br

Introdução

Atualmente, os assentamentos de reforma agrária ocupam um espaço crescente no debate social brasileiro devido ao potencial e à contribuição que estes agentes econômicos podem dar para criação de emprego e diminuição do êxodo rural, o aumento da oferta de alimentos, incrementos na produção agrícola e para a elevação do nível de renda e a conseqüente melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores rurais brasileiros.

A demanda social por terra, aumentada em períodos recentes no Brasil, decorre do fato real de que, para uma grande parte de trabalhadores, a intenção de conseguir um posto de trabalho torna-se cada vez mais difícil e, quando aparece, é temporário e com os riscos provocados pela flexibilização e precarização do mercado de trabalho.

A principal política de democratização do acesso à terra, seja por sua importância econômica como agente dinamizador da agricultura como por seu impacto político na mídia, tem sido os assentamentos rurais.[4] Estes, apesar de terem sido uma preocupação geral de uma parte da sociedade e do meio acadêmico em particular, não tem sido objeto de estudos que tenham se preocupado com a questão do dinamismo econômico criado nas regiões onde se estabelecem.

Na já significativa literatura acumulada sobre assentamentos no país predominam amplamente os estudos sobre a sua dinâmica interna (socioeconômica, organizacional, cultural, etc.) ou, em menor número, sobre sua viabilidade econômica. São praticamente inexistentes os estudos especificamente voltados para a avaliação dos impactos econômicos dos assentamentos nas regiões em que se situam. Ora, avaliar estes impactos é uma necessidade imperiosa num momento em que, por um lado, a luta pela reforma agrária se exacerba e, por outro, as autoridades (sobretudo econômicas) ainda hesitam sob a dúvida de seu sentido econômico. Como fonte direta de emprego e renda os mais reticentes tendem a vê-la no máximo como paliativo social temporário, uma espécie de seguro desemprego.

(4) Além dessa, outra política que está ganhando importância e está sendo experimentada com maior ênfase pelos órgãos públicos é a concessão de credito fundiário. Nacionalmente, o INCRA e o BNDES, e internacionalmente o Banco Mundial e o BID são as principais instituições que propõem programas descentralizados de crédito fundiário com o objetivo de assentar famílias de trabalhadores rurais (Reydon & Plata, 1997).

Neste sentido, o trabalho ora apresentado é uma tentativa inicial de complementar os trabalhos existentes sobre a viabilidade econômica das unidades de produção criadas pelos assentamentos, mostrando justamente a interface dinâmica que estes estabelecem com os agentes econômicos externos, configurando-se se uma alternativa para o desenvolvimento econômico local.. O papel do setor agrícola como motor da geração de emprego e renda nos países em desenvolvimento é visto cada vez mais, a nível mundial, como uma variável estratégica fundamental na luta contra a pobreza, ao contrário da mentalidade predominante até bem recentemente. O próprio Banco Mundial mudou radicalmente de perspectiva, passando a justificar e apoiar políticas de ampliação do acesso à terra e de promoção da agricultura familiar como uma estratégia de desenvolvimento econômico.

A pesquisa elaborada pela Comissão Internacional para a Paz e Alimentação, coordenada por M. S. Swaminathan (*Uncommon Opportunities. An Agenda for Peace and Equitable Development*, 1994), é uma fundamental contribuição para este tema e servirá de parâmetro para este artigo. Neste trabalho apresenta-se um "*mix*" de estratégias visando acelerar a criação de empregos e a produção de alimentos na Índia, tendo como objetivo principal criar 100 milhões de novos empregos nos próximos dez anos, o suficiente para elevar o conjunto da população indiana para acima do nível de pobreza. A estratégia global utiliza a agricultura como motor do crescimento através da aceleração da produção comercial para o mercado interno, da agroindústria e das exportações. Procurando explorar as vantagens comparativas do país em termos de produtos agrícolas intensivos em mão-de-obra, se espera elevar o crescimento da produção agrícola para 4% ao ano (contra 2,3% atuais). Dos novos empregos a serem criados, estima-se que cerca de 45% serão estritamente agrícolas. Aproximadamente 10% deverão surgir em agroindústrias localizadas em áreas rurais. Finalmente, calcula-se que o efeito multiplicador do aumento da demanda rural por bens e serviços irá gerar os 45% de empregos restantes na indústria e no setor de serviços. O custo médio de geração de uma unidade adicional de emprego, com esta estratégia, é estimado em um décimo do custo médio de geração de empregos nos setor privado indiano e um centésimo do mesmo custo no setor público.

O governo deve jogar um papel crucial como catalisador, mostrando as oportunidades tecnológicas e comerciais desta estratégia, identificando os potenciais de desenvolvimento sustentável baseado em recursos naturais das diversas regiões, facilitando e promovendo a difusão de tecnologias, treinando,

investindo em infra-estrutura de transporte, estocagem e distribuição, oferecendo educação empresarial para empresas rurais, promovendo novas organizações, etc.

Evidentemente o caso brasileiro apresenta especificidades que devem ser levadas em conta na elaboração de uma estratégia análoga. Especialmente devido ao fato de que a participação da população rural em relação à população total é substancialmente menor aqui. Este fato tem implicações que vão desde a magnitude do multiplicador até o nível de intensidade do trabalho que pode ser culturalmente aceitável. De qualquer modo, 23% da População Economicamente Ativa no campo (IBGE, 1998), como é o caso brasileiro, justifica amplamente uma estratégia similar, sobretudo considerando-se que esta massa de população não tem quase nenhuma perspectiva de emprego no setor urbano-industrial através dos mecanismos em curso.

No caso indiano citado acima, as estimativas de geração de empregos globais, bem como de seu custo, foram baseadas num estudo de caso detalhado (o Distrito de Pune, no estado de Masharashtra). Neste sentido, uma pesquisa que analise e estime o multiplicador de emprego e renda a partir dos assentamentos brasileiros seria uma contribuição expressiva para o conhecimento em geral assim como para os gestores das políticas econômicas.

No caso brasileiro em certos municípios já são visíveis os impactos socioeconômicos, benéficos, trazidos pela multiplicação de unidades de produção agrícolas. A demanda por bens e serviços pelos assentados, se exercendo principalmente a nível local, ampliou significativamente as atividades comerciais dos municípios, o que se traduziu num aumento da arrecadação de impostos, que se constitui assim num bom indicador destes impactos.

Dessa maneira, é apresentado a seguir o caso do município de Abelardo Luz, no oeste catarinense, que por suas características e evolução econômica, mostra, como a partir do estabelecimento e crescimento no número de assentamentos rurais é possível gerar um dinamismo econômico local que possa vir se tornar uma estratégia de desenvolvimento local para algumas regiões do país.

1 Caracterização do município

O município de Abelardo Luz encontra-se na região do Oeste Catarinense. Esta região abrange uma população de 1,1 milhão de habitantes e uma superfície de 25,3 mil Km^2. Apesar de sua colonização ser recente, se comparada à de outras regiões do Brasil, a região detém atualmente o maior complexo agroindustrial de

suínos e aves do país. Na região oeste, existem 99 municípios os quais estão organizados em seis associações. A base do crescimento econômico regional tem sido a produção familiar diversificada voltada ao mercado, diretamente relacionada ao tipo de recursos naturais disponíveis e associada à agroindústria (Testa et al., 1996).

Abelardo Luz é um município que possui uma área de 956 km^2 e sua população é de 13.593 habitantes. Pertence à Associação de Municípios do Alto Iraní (AMAI). Como pode-se observar na Tabela 1, a população de Abelardo Luz decresceu de 1980 para 1991 ficando estável de 1991 para 1996. O decréscimo de 1980 para 1991 se deve ao desmembramento de áreas do município que passaram a ser parte de outros municípios, pois se comparamos a densidade demográfica veremos que esta subiu de 12,4 hab./km^2 em 1980 para 12,8 hab./km^2 em 1991.

Tabela 1

Abelardo Luz (população total: urbana e rural)

	1985		1991		1995	
Distribuição	Número de Habitantes	%	Número de Habitantes	%	Número de Habitantes	%
1. Sexo						
– Homens	9.006	51,24	6.991	51,5	6948	51,1
– Mulheres	8.569	48,76	6.572	48,5	6.645	48,9
– Total	17.575		13.563		13.593	
2. Localidade						
– Urbana	4.556	25,9	5.426	40,0	6.327	46,5
– Rural	13.019	74,1	8.137	60,0	7.266	53,5
Área do município em km^2	**1.421**		**1.055**		**1.055**	

Fonte: Censo IBGE.

Um fato que pode ser observado nitidamente é a urbanização da população de Abelardo Luz sendo que hoje praticamente 50% da população vive no meio urbano. Esse processo só não se deu de forma mais acentuada por causa dos assentamentos que acabam mantendo elevado o número de famílias no meio rural.

A Tabela 2 mostra que no período de 1970 a 1996 o município de Abelardo Luz apresentou indicadores de densidade populacional baixos. Tal realidade decorre da gênese da ocupação de ocupação territorial do município fincada no latifúndio por extensão. Pois, como se aventa no capítulo seguinte, a ocupação do município,

por muitas décadas, esteve expressa no latifúndio centrado na pecuária de corte extensiva. Esta forma de ocupação no município se traduziu em vazios populacionais, e consequentemente, em índice baixo de densidade demográfica.

Entre os anos de 1970 e 80 os indicadores de densidade demográfica apresentaram um crescimento negativo, sendo que nos anos seguintes reverte-se este quadro, com um crescimento de 8,4% dos indicadores.

Na tabela seguinte, que demonstra o comportamento da taxa média geométrica de incremento anual da população residente nas últimas três décadas, tal expressão de variação inversa no crescimento nos diferentes períodos também pode ser observada, já que entre os anos 70 e 80 apresentou indicadores negativos de incremento populacional e nos anos seguintes apresentou uma reversão, com indicadores positivos de incremento populacional.

Tais fatos que apontam um crescimento populacional ocorrem justamente no período em que os assentamentos são implantados na região, estabelecendo uma nova forma de ocupação territorial na região – centrada na produção agropecuária familiar e cooperada. Em Abelardo Luz na realidade, nestas últimas décadas, vem observando um incremento dos indicadores de densidade populacional em função da reforma agrária que tem assentado grande número de famílias no município.

Tabela 2
Densidade Populacional, 1970-1996

Município	Densidade Demográfica			
Abelardo Luz	70	80	91	96
	12,85	12,37	13,54	13,41

Fonte: IBGE. Censo Demográfico/SC, 1970/91 e Contagem Populacional, 1996. *Anuário Estatístico de Santa Catarina* (1996/97).

Tabela 3
Taxa média geométrica de incremento anual da população residente, 1970-1996

Município	Tx. média geom. De incre/o anual da pop. residente		
Abelardo Luz	70/80	80/91	91/96
	-0,38	0,82	0,75

Fonte: IBGE. Censo Demográfico/SC, 1970/91 e Contagem Populacional, 1996. *Anuário Estatístico de Santa Catarina* (1996/97).

O município apresenta taxas de natalidade e mortalidade inferiores da microrregião e do estado, mas apresenta índices de mortalidade infantil elevados (25,3 por 1000 crianças) quando comparados a microrregião (17,5%). É importante salientar que a região além de possuir grande quantidade de assentamentos é alvo de constantes ocupações de terras existindo vários acampamentos de sem terras no município o que devido a situação precárias destes as crianças são as mais penalizadas.

O município é bem servido por energia elétrica no meio urbano sendo que no meio rural a eletrificação tem chegado aos agricultores principalmente aos assentados, através do Governo Federal que implanta a rede de energia elétrica em quase todos os assentamentos.

A Tabela 4 mostra como o número de consumidores no meio rural vem crescendo, sendo que, entre 1993 e 1998, o setor rural foi o que apresentou a maior taxa de crescimento 97,0%, e também no período aumentou significativamente seu peso relativo no total de consumidores, de 26,8% para 35,4%. Este período compreende o fim da primeira fase e os primeiros anos da segunda fase e demonstra o papel dos assentamentos na presença de redes de eletrificação no meio rural de Abelardo Luz, que tem sido expandida aos assentados por meio de recursos do governo federal, e conseqüentemente, também beneficia os produtores agrícolas no entorno dos assentamentos e por onde a rede de energia elétrica se distribui.

Tabela 4
Número de consumidores por classes, entre 1993 e 1998

Tipo de consumidor/ano	1993		1998		1998/93
	Número de consumidores		Número de consumidores		%
	Quantidade	%	Quantidade	%	
Residencial	1324	58,4	1728	51,1	30,5
Industrial	41	1,8	77	2,3	87,8
Comercial	231	10,2	285	8,4	23,4
Rural	608	26,8	1198	35,4	97,0
Poder Público	52	2,3	86	2,5	65,4
Iluminação Pública	1	0,0	1	0,0	0,0
Serviços públicos	9	0,4	8	0,2	-11,1
Consumo próprio	1	0,04	1	0,0	0,0
Total	2267		3384		

Fonte: CELESC.

O meio rural é bem servido de estradas de terra só que nem sempre em bom estado, sendo que o INCRA tem realizado convênios com a prefeitura local com o objetivo de abrir as estradas nos assentamentos e melhorar os acesos a estes.

2 Periodização da economia local

A história do município confunde-se com os conflitos e discussões originadas pela posse e demarcação das terras da região entre os rios Iguaçu e Uruguai, no século XVIII.

Abelardo Luz faz parte da "Região do Contestado" que foi um território inicialmente disputado entre o Brasil e a Argentina tendo o Brasil ganho de causa e, também tem sido um território de disputa entre os estados de Santa Catarina e Paraná, sendo palco da "Guerra do Contestado" considerado um dos únicos levantes realmente populares da história brasileira.

O povoamento efetivo de Abelardo Luz só teve inicio no presente século, com a chegada principalmente dos imigrantes gaúchos. A origem predominante destes imigrantes era a italiana, os quais vieram a juntar-se aos antigos moradores da região, os índios Kaingang. Um dos fatores primordiais para a atração destes imigrantes foi a grande quantidade de madeira existente na região, bem como a boa qualidade do solo para a agricultura e pecuária.

Entrevistas realizadas junto a membros da comunidade apontam na realidade para duas situações bem distintas em termos de ocupação do município de Abelardo Luz as quais são identificadas como região ao norte do Rio Chapecó e região ao sul do Rio Chapecó. A área ao sul do Rio Chapecó que teve uma colonização semelhante ao resto do oeste catarinense, com a entrada de imigrantes principalmente de origem Italiana que adquiriram pequenas áreas estabeleceram a agricultura familiar com utilização intensiva da área, processo que teve início por volta da década de 40 com o ápice pelos anos 60.

A região ao norte apresenta uma ocupação bem diferenciada sendo que as informações obtidas apontam que em 1985 haviam apenas 21 grandes propriedades com 15 proprietários se constituindo grandes latifúndios onde quando muito se desenvolvia extensivamente a pecuária de corte. Essa diferenciação em relação ao restante da região é atribuída a doação de terras principalmente a ex-militares pelo governo do Paraná. Hoje essa região, em virtude da criação de novos municípios, se constitui na maior área de Abelardo Luz.

Os desmembramentos ocorreram na região ao sul do Rio Chapecó principalmente devido ao processo colonizatório observado naquela área que permitiu a estruturação de povoados que deram origem aos municípios ao contrário da região Norte que era caracterizado pelo latifúndio e pela ociosidade das áreas.

A agricultura familiar se desenvolveu na região sul durante a década de 70 com a explosão da soja, tornando-se uma das áreas mais produtivas do estado.

Segundo os depoimentos, somente na década de oitenta com o início das ocupações do Movimento sem terra em Abelardo Luz é que começa ocorrer uma maior exploração agrícola da região. Os proprietários por medo da desapropriação, começaram a produzir nas áreas ou então começaram a vender ou arrendar estas. A maioria dos proprietários possuía, nessas áreas, criações extensivas de gado e muitos dos proprietários não moravam ou sequer conheciam suas terras.

O impulso dado pelas ocupações foi importante para a exploração daquelas áreas, por um lado os proprietários que ficaram com receio de ocupações e não tinham interesse em produzir venderam suas áreas provocando dessa maneira a diminuição no valor da área, mas por outro lado com a exploração das áreas com lavouras também houve uma valorização das terras ao norte do Rio Chapecó.

Nesse período teve papel importante o prefeito do município (atual ex-prefeito) que de alguma forma denunciou a falta de exploração das terras ao norte do município e deste e do padre da época no sentido de mediar os conflitos entre proprietários e sem terra.

As ocupações no município na realidade, depois de começarem nunca mais pararam, mas pode se observar duas fases bem distintas na implantação de assentamentos. A primeira de 1985 a 1989 e a segunda de 1995 em diante.

Além da explosão na produção da soja na década de 70, a região teve incremento ainda maior, pois ela é considerada como uma das melhores áreas para produção de sementes de soja, sendo exportado soja semente para vários estados do Brasil. Essa situação, onde os produtores recebem até 15% a mais pelo produto vendido como semente aliada ao relevo propicio a mecanização, leva as terras da região a serem muito procuradas pelos agricultores.

Os assentamentos rurais em Abelardo Luz, desde 1986, além do incremento na produção agrícola, proporcionaram a inserção de famílias ao rural do município, através do acesso à terra, o que possibilitou oferecer a um contingente significativo de pessoas (1280 famílias) no município, melhores condições de vida e de trabalho.

Os novos elementos sociais inseridos no setor rural de Abelardo Luz, os assentados, criaram, no decorrer desses anos, novos laços e circunstâncias no meio rural local que vêm ocasionando mudanças nas relações da população rural, principalmente a menos favorecida, com o poder local.

A constituição e a expansão dos assentamentos no município, a partir do conflito fundiário e da desapropriação, vem colocando demandas e conquistas não só para os assentados, com para a população no seu entorno, nos serviços públicos de saúde, educação, transporte, manutenção das estradas rurais, etc.. Na verdade, tanto a luta pela terra, como a intervenção pública federal tornaram o assentamento um espaço no meio rural local que inaugura, por sua própria dinâmica, um novo momento dos processos de reivindicação, os quais têm ocasionado alterações na relação da população rural com o poder local. Os processos reivindicatórios são expressos através da própria organização dos assentados e não mais através dos laços tradicionais, constituídos por meios de outros e/ou de terceiros. Este simples fato, da sua luta por direitos ser expressa através da sua própria organização nos permite conjecturar sobre a possibilidade disto estar proporcionando algumas alterações na cultura política e social do município. Nestes anos são muitos os exemplos onde os assentados cavaram seu espaço ou foram convidados a participar dos diversos fóruns montados pelas forças locais para decidirem sobre os rumos econômicos, sociais e políticos do município.

Nestas diversas lutas econômicas, sociais e políticas dos assentados em Abelardo Luz é importante ressaltar ainda um aspecto que ocorre nos momentos das lutas, que Leite (1999) aponta: **"**(...) a ação não se esgota a nível do assentamento e das relações locais, mas se potencializa numa rede regional, estadual e nacional, permitindo que uma questão local possa ser sempre tratada como algo mais amplo, que envolve interesses globais, eliminando a possibilidade de analisar os assentamentos de forma estritamente sob a ótica da sua singularidade e particularismo. Por exemplo, o processo de luta pela terra em Abelardo Luz, o seu conflito agrário marcado até por mortes, tem a cobertura por toda a imprensa local e regional, sendo que em alguns momentos é acompanhado também pela grande imprensa nacional."

Como os assentados se estabeleceram em Abelardo Luz fruto de processos de luta pela terra, isto implicou como resultado, não só a organização social econômica dos assentados, mas também na formação de lideranças. Algumas destas lideranças já foram convidadas para participar em cargos na administração pública local, sendo que na gestão de 1990 a 1993, um dos assentados ocupou a pasta que responde pelo setor rural e agrícola do município.

E ainda, o potencial eleitoral dos assentados em 1994, quando o número de assentados no município já era de 447 famílias, ficou entorno de 15,5%,[5] num universo de 8664 eleitores. Em 1996, onde o número de famílias já era 720 o potencial eleitoral dos assentados ficou em torno de 22,5%, num universo de 9586 eleitores. Neste quadro, pode-se aventar que o potencial de votos dos assentados pode a vir decidir um processo eleitoral, e conseqüentemente, os rumos políticos do município.

Por sua vez, neste contexto, cada vez mais os processos de seleção dos assentados vêm contando com a participação das forças políticas locais, sendo que, a prefeitura mantém diversas formas de ajuda direta e indireta aos acampados, os vendo como futuros assentados, e portanto, aporta para os acampados alimentos para merenda escolar, ajuda no repasse e na distribuição de cestas básicas para as famílias de acampados, professores e material escolar, além do acompanhamento no campo da assistência médica e social.

3 Atividades econômicas locais

Sem dúvida alguma o setor primário é a base da economia do município, conforme a Tabela 5, peso do setor agropecuário, em termos de valor adicionado fiscal, na dinâmica da economia pública do município de Abelardo Luz é bastante significativo, pois em 1993, representou 78%. O setor agropecuário no município representa o principal fomento de desenvolvimento econômico local, conseqüentemente, a vida econômica de Abelardo Luz apresenta uma interação entre a dinâmica produtiva do meio rural e a do meio urbano. Nas atividades do setor agropecuário destaca-se a produção de soja, principalmente para a produção de grãos, em seguida vem o milho, feijão e a bovinocultura de leite e corte.

Tabela 5
Valor adicionado fiscal, entre 1990 e 1993

Ano	Total	Agropecuária	%	Indústria/Comércio	%
1990 Cr$	2660219850	1631084706	61,3	1029135144	38,7
1992 Cr$	188400547323	133943615646	71,1	54456931677	28,9
1993 CR$	8081559920	6335525308	78,4	1746034612	21,6

Fonte: *Anuário Estatístico de Santa Catarina* (1995).

(5) Considerou-se, para o cômputo do potencial dos eleitores assentados, como base de cálculo: 3 eleitores por família assentada, pois em 1994 o adolescente de 16 anos já podia votar. Os dados do universo total de eleitores são do Tribunal Superior Eleitoral, Registros Administrativos 1994 e 1996, obtidos no *Anuário Estatístico de Santa Catarina* (1995) e *Informações Estatísticas do IBGE*, respectivamente. No cálculo não foram considerados os acampados.

Depois da agricultura o setor que mais emprega pessoas é o setor terciário. O comércio e serviços de Abelardo Luz abastecem basicamente o município não sendo nesse sentido um polo regional. Porém, o setor serviços, tem sido reativado devido à demanda criada pelos assentamentos rurais.

Como pode se notar na Tabela 6, a agricultura é a atividade responsável por mais de 78% do pessoal ocupado, vindo depois o comércio e serviços com 19% e por último a indústria com somente 3% do total do pessoal ocupado no município.

E pode-se observar mais detalhadamente que as atividades agrícolas, no decorrer dos anos de 1985 a 1995, vem mantendo a sua importância na geração de emprego tanto no número de estabelecimentos que geram empregos, como das pessoas que os ocupam, e ainda, estas atividades apresentaram uma taxa de crescimento no período nos estabelecimentos empregadores de 26,6%, e no número de pessoas ocupadas de 14,7%. Mas, a que se destacar em detrimento das taxas negativas de crescimento da indústria, o desempenho das atividades de comércio e de serviços, que apresentaram um intenso crescimento tanto do número de estabelecimentos empregadores, de 196,3% e 28,4%, respectivamente, quanto de pessoas ocupadas, de 88,6 e 203,9%, respectivamente. Do crescimento destas 2 últimas atividades pode-se fazer um paralelo e levantar a possibilidade de condicioná-los ao estabelecimento dos assentamentos rurais no município, pois tudo indica que a indução de tais atividades no município se deu em decorrência das exigências de consumo de produção e próprio dos assentados.

Os assentados ao contarem com recursos financeiros provenientes do Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA) e pela receita obtida com a atividade agrícola, tem permitido demandar do comércio local,[6] insumos e ferramentas de trabalho, animais, os carros de boi, arados, silos para guardar os produtos da lavoura, dentre outros. Também, os dispêndios feitos com a própria manutenção familiar, tais como alimentos, roupas e outros bens materiais, é um fator muito importante a ser destacado. Até 1997,[7] foram liberados de PROCERA

(6) Na pesquisa de campo efetuada no município, realizou-se uma série de entrevistas com personalidades locais como, o Prefeito e Vice-prefeito do município, o Ex-prefeito, o Presidente do Sindicato dos Proprietários Rurais, este último ligado à União Democrática Rural (UDR), com Representantes do Comércio e todos eles reconheceram que o mercado local foi dinamizado com o estabelecimento dos assentamentos rurais. Porém, também alertavam o fato de se encontrar dentro dos assentamentos, pessoas que não tem interesse nem capacidade de trabalhar a terra, seja por sua procedência (em alguns casos eram pessoas que provinham da realidade urbana) ou por serem pessoas que após receber o lote e os recursos provenientes do PROCERA, acabavam vendendo a sua propriedade e em alguns casos envolvidos em algum problema de violência no município.

(7) Dados obtidos junto a técnicos da CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil.

investimento, da modalidade Teto II, diretamente para COPERJUS, cooperativa dos assentados, o montante de R$ 172.159,84 e com repasse para os associados, 156 famílias, o montante de R$ 624.000,00; e todos os assentados, 1185 famílias, pegaram os recursos do PROCERA, modalidade Teto I, entorno de R$ 1.777.500,00.

Tabela 6
Pessoal ocupado nas atividades urbanas e rurais, entre 1985/95

Atividades	1985		1995		95/80 (%)	
	Estabelecimentos	Pessoal	Estabelecimentos	Pessoal	Estabelecimentos	Pessoal
Indústria	40	443	29	233	-27,5	-47,4
Comércio	82	387	243	730	196,3	88,6
Serviço	74	204	95	620	28,4	203,9
Agrícolas	2238	9106	2833	10448	26,6	14,7

Fonte: IBGE. *Cadastro de Empresas*. In: BIM/IBGE.

Outros dados que mostram o papel dos assentamentos rurais na dinâmica da economia de Abelardo Luz estão expressos na Tabela 7, onde pode-se ver que das 463 empresas do município 80% se instalaram após 1985, e destas, 435 têm sede no município, e destas com sede 82% se instalaram depois de 1985. Portanto, o grosso das empresas que se instalaram no município de Abelardo Luz depois do advento dos assentamentos rurais.

Tabela 7
Estrutura empresarial de Abelardo Luz

Empresas	Unidades	Unidades com sede no município
Ano de fundação até 1969	2	1
Ano de fundação 1970/74	19	14
Ano de fundação 1975/79	28	25
Ano de fundação 1980/84	45	39
Ano de fundação 1985/89	114	106
Ano de fundação 1990/94	167	163
Ano de fundação 1995 +	88	87
Total	463	435

Fonte: IBGE. *Cadastro de Empresas*. In: BIM/IBGE.

A Tabela 8, de utilização das terras, demonstra que houve redução em termos absolutos em todos os tipos de utilização de 1985 para 1995, isso deve-se ao

desmembramento de novos municípios que reduziu a área do município nesse período em 25,8%. Um fato importante a destacar é que a área mais intensivamente utilizada em 1985 se encontrava ao sul do Rio Chapecó local onde o município cedeu área para os novos.

Mesmo com a perda dessas importantes áreas produtivas o valor relativo da área utilizada com lavouras temporárias aumentou de 44,9% para 46,7% no período e as áreas produtivas não utilizadas reduzi-se de 5% para 0,9%. O aumento no percentual de áreas utilizadas com lavouras temporárias mesmo com o desmembramento de áreas da região sul do município demonstra claramente que nesse período houve uma intensificação da exploração das áreas ao norte do Rio Chapecó. Também nesse sentido é ilustrativo o aumento da participação percentual das áreas exploradas com pastagens perenes.

As lavouras temporárias têm grande destaque tanto em área como em número de estabelecimentos que desenvolvem essa atividade. Em relação as áreas corresponde a 46,7% sendo que 96,8% dos estabelecimentos agrícolas do município desenvolvem esta atividade.

O índice de 21,11% de matas apresentado no Censo não confere com as entrevistas realizadas que indicam uma cobertura de florestas inferior a 10% da área do município e que vem decaindo ano a ano havendo regiões onde quase não se observa resquícios de matas.

No aspecto uso da terra é importante, ainda, ressaltar dois pontos importantes para se compreender a dinâmica dos assentamentos rurais na atual produção agropecuária em Abelardo Luz que se assentada principalmente na lavoura temporária. O primeiro é que a região em que se localiza hoje as áreas produtivas do município em 1985 se constituíam de grandes latifúndios apoiados na pecuária extensiva, pois a partir de 1992 o município de Abelardo Luz cede áreas ao sul do Rio Chapecó, onde se concentram os seus cultivos agrícolas, para a formação de novos municípios – Ouro Verde[8] e Ipuaçu.[9] O desmembramento fez com que Abelardo Luz perdesse áreas importantes em produção agrícola, a título de exemplo, com base no censo agropecuário do IBGE – 1995/96, pode-se citar que em Ouro Verde 61,3% da área é ocupada com lavoura temporária e composta por

(8) Criação em 9 de janeiro de 1992 – Desmembramento de áreas de Abelardo Luz, In Anuário Estatístico de Santa Catarina.

(9) Criação em 9 de janeiro de 1992 – Desmembramento de áreas de Abelardo Luz e de Xanxerê. In: *Anuário Estatístico de Santa Catarina*.

estabelecimentos com áreas menores que 1000ha, sendo que no estrato de área de 10 a 100 ha se localizam 63,3% dos estabelecimentos; e que em Ipuaçu, segue-se o mesmo quadro, onde 63,3% da área é ocupada com lavouras temporárias e composta por estabelecimentos com áreas menores que 1000ha, sendo que no estrato de área de 10 a 100 ha se localizam 65,6% dos estabelecimentos. E o segundo é que apesar do município ter cedido porções de terras de produção agrícola para a formação dos novos municípios, a produção agrícola em Abelardo Luz, ainda, representa, em termos relativos, 49% da área total.

Portanto, pode-se concluir que nas áreas em que estão localizados os assentamentos, que até 1985 se localizavam as áreas de latifúndio onde se desenvolvia a pecuária de corte extensiva, hoje além da pecuária de corte, se produz nesta região outros produtos de origem agrícola, tanto nas áreas de assentamento como nas outras propriedades. Isto pode significar que os assentamentos rurais vêm determinando a indução da produção agrícola local, e consequentemente, influindo nas tendências da dinâmica agrícola atual do município.

Tabela 8
Utilização das Terras (área)

Terras	Área/ha 1985		Área/ha 1995	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Permanentes	2.042	1,8	1.301	1,4
Temporárias	52.039	44,9	43.322	46,7
Temporárias em descanso	1.681	1,5	774	0,8
Pastagens naturais	17.097	14,8	12.330	13,3
Pastagens	11.452	9,8	10.428	11,2
Total das matas e florestas	25.669	22,2	19598	21,11
Produtivas não utilizadas	5.836	5,0	813	0,9
Área do município em km^2	**1.421**		**1.055**	

Fonte: IBGE. *Censo Agropecuário* (1985/1996).

Pode notar na Tabela 9 que os principais cultivos em Abelardo Luz são o milho e a soja, sendo que, o cultivo de feijão e de fumo mantém sua importância ainda por serem culturas ligadas a pequena produção da região.

E ainda, na Tabela 9 observa-se que no período de 1985 a 1995 os cultivos de milho e soja tiveram um comportamento com tendências inversas no valor relativo de suas áreas colhidas, na soja houve um recuo, de 62,3% para 59,94%, enquanto, no milho apontou um aumento de 23,24 para 27,76. O feijão e fumo,

proporcionalmente, apresentaram uma diminuição nas suas áreas, de 4,32% para 3,23% e de 0,60% para 0,40%, respectivamente. Com esta mesma tendência a área do trigo teve um comportamento de queda, de 7,57% para 5,35%. O arroz, por sua vez, teve um incremento de sua área colhida em termos relativos, de 1,62% para 2,86%.

No que se refere ao rendimento médio, ganhos de produtividade física, excetuando o feijão e a erva-mate,[10] todas as outras culturas tiveram aumentos nos seus respectivos rendimentos médios, com significativas taxas de crescimento, como mostra a tabela seguinte. Os principais cultivos, milho e soja, apresentaram uma taxa de crescimento, de 50,0% e 59,9%, de seus respectivos rendimentos médios.

Assim sendo, nota-se neste período que mesmo com o desmembramento da região sul do município, áreas de produção agrícola, na área restante em Abelardo o valor relativo da área colhida dos principais produtos (milho e soja) manteve-se praticamente o mesmo, que em foi de 85,59¨em 1985 e 87,7% em 1995. E este comportamento dos cultivos de milho e soja, mesmo após a perda das áreas de produção agrícola da região sul, é mais um dado que reforça a tese que a dinâmica dos assentamentos devem estar influindo nas tendências na produção agrícola local.

Outro aspecto que confirma esta tese encontra-se na tabela seguinte, quando se compara o comportamento do número de máquinas e equipamentos agrícolas por estabelecimentos entre os anos de 1985 e 1995, pois mesmo considerando o desmembramento, no período em questão as relações máquinas de plantio e de colheita por estabelecimento apresentaram tendências de crescimento de 3,4% e 86,1%, respectivamente, na mesma tendência, mas em menor vulto, se nota na relação dos equipamentos de tração mecânica por estabelecimentos que esta apontaram para uma taxa de crescimento de 1,4%. Enquanto, a relação equipamentos de tração animal por estabelecimentos apresentaram uma taxa negativa de crescimento de -1,4%. Tais acontecimentos mostram que o setor agrícola do município vem ganhando indícios de mudanças na sua dinâmica produtiva, com o maior uso da tração mecânica, após o estabelecimento dos assentamentos no município.

(10) A queda da área colhida de erva-mate deve-se ao fato de ser uma cultura nativa que sofre com o desmatamento com a abertura de áreas para pastagens ou uso agrícola. Quanto ao feijão, este segue a tendência nacional.

Tabela 9
Máquinas e equipamentos agrícolas, entre 1985 e 1995

Itens	1985						1995			
	Estabel.	Máquinas		Arados		Estabel.	Máquinas		Arados	
		plantio	colheita	animal	mec.		plantio	colheita	animal	mec.
Número	2238	498	208	1756	561	1243	286	215	962	316
Máq.-equip/ Estabelecimentos	–	0,22	0,09	0,78	0,25	–	0,23	0,17	0,77	0,25
1995/1985	–	–	–	–	–	–	3,4	86,1	-1,4	1,4

Fonte: IBGE. *Censo Agropecuário* (1985 e 1995/96).

Por fim, a Tabela 10 mostra, no período de 1985 a 1995, alguns resultados de outros produtos de pecuária além da carne e do couro, produtos tradicionais da pecuária local.

No aspecto das dinâmicas de pecuária a que considerar, na dimensão dos impactos dos assentamentos, que o rebanho bovino reduziu-se no município, e isso se deve ao avanço que a soja e milho tiveram sobre as áreas de campo, que apesar dos ganhos de produtividade das pastagens houve uma redução de 11,88% no rebanho.[11] Nos últimos anos tem ganhado impulso a produção de leite na região com expressivas melhoria no plantel e no nível tecnológico resultando num bom ganho de produtividade como pode ser observado na tabela abaixo.

Além do leite, da carne e couro a região tem como produção animal lã, ovos e mel, produtos que no período apresentaram na quantidade produzida significativos incrementos nas suas respectivas taxas de crescimento (Tabela 8).

Tabela 10
Quantidade de produtos de origem animal, entre 1985 e 1995

Produto	Quantidade		95/85
	1985	1995	
Leite			
Vacas ordenhadas	2716	2535	-6,7
Quanti// (mil litros)	3058	5302	73,4
Lã			
Ovelhas tosquiadas	1878	1430	-23,9
Quantidade (kg)	4000	4000	0,0
Ovos de Galinha	169	296	75,1
Mel	6000	22000	266,7

Fonte: IBGE. *Censo Agropecuário* (1985 e 1995/96).

(11) Cf. IBGE. *Censo Agropecuário* (1985 e 1995/96).

4 A estrutura fundiária e os assentamentos rurais

A maioria absoluta das propriedades em 1995 encontra-se na faixa até 50 ha com 86,2% dos estabelecimentos (Tabela 11). Essa distribuição das propriedades principalmente na faixa de 10 a 20 ha é resultado do grande número de assentamentos realizados no município. Apesar do grande número de assentamentos podemos observar uma grande concentração de terra com os estabelecimentos com mais de 500 ha correspondente a 2,5% do total de estabelecimentos do município possuindo 57,2% da área deste enquanto que os estabelecimentos com menos de 50 ha que representam 58% do total de estabelecimentos possuem apenas 17,3% da área do município (Tabela 12).

Tabela 11
Estabelecimentos agropecuários por grupos de área total

Grupo de áreas	1985		1995	
	Estabelecimentos	%	Estabelecimentos	%
Menos de 10 ha	968	43,2	201	16,2
10 à menos de 20 ha	481	21,5	721	58,0
De 20 à menos de 50 ha	474	21,2	149	12,0
De 50 à menos de 100 ha	148	6,6	56	4,5
De 100 à menos de 200 ha	81	3,6	43	3,4
De 200 à menos de 500 ha	58	2,6	42	3,4
De 500 a menos de 1.000 ha	10	0,5	14	1,1
Mais de 1.000 ha	18	0,8	17	1,4
Total	2238	100	1.243	100

Fonte: IBGE. *Censo Agropecuário* (1985-1996).

Tabela 12
Estabelecimentos agropecuários por grupos de área total

Grupo de áreas	1985		1995	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Menos de 10 ha	4.631	3,8	1.304	1,4
10 à menos de 20 ha	6.804	5,6	10.224	11,0
De 20 à menos de 50 ha	14.643	11,9	4.559	4,9
De 50 à menos de 100 ha	10.345	8,5	3.882	4,2
De 100 à menos de 200 ha	11.301	9,3	6.210	6,7
De 200 à menos de 500 ha	17.416	14,3	13.558	14,6
De 500 a menos de 1.000 ha	7.786	6,4	10.239	11,0
Mais de 1.000 ha	49.076	40,2	42.872	46,17
Total	122.008	100	92.850	100

Fonte: IBGE. *Censo Agropecuário* (1985-1996).

Em relação a evolução na estrutura fundiária de 1985 para 1995 pode-se observar uma diminuição na área absoluta das propriedades com mais de 500 ha mas um aumento na sua participação relativa.

Esse movimento pode ser explicado em certa medida pelo desmembramento das áreas ao sul do Rio Chapecó caracterizado pelas pequenas propriedades. Esse incremento só não foi maior pela ocorrência de ocupações e assentamentos no município ocorridos nesse período.

Os assentamentos também explicam o aumento da participação em área e em número do extrato de produtores com 10 a 20 ha, já que os lotes possuem de 12 a 16 ha.

Quanto ao número e área dos estabelecimentos agrícolas (Tabela 13 e Tabela 14), parte das alterações nos números da condição dos produtores principalmente em termos absolutos se deve aos desmembramentos, mas no município pode se destacar as ocupações dos sem terras e posteriormente os assentamentos efetuados pelo governo na região como fatores determinantes no aparecimento (1985) e na diminuição do número de propriedades ocupadas, arrendadas ou em parceria.

Em 1995 há predominância dos proprietários de terra com 92,4% dos estabelecimentos enquanto que arrendatários, parceiros e ocupantes somados representavam no momento do Censo 7,6%. Os proprietários da mesma forma possuem a maior área com 96,4% do total.

Cabe salientar que apesar dos assentamentos efetuados o município ainda é alvo constante de ocupações de sem terras chegando momentos em que houve mais de 1000 famílias ocupando uma ou mais áreas no município, portanto os dados neste sentido estão em constante alteração.

Tabela 13
Área dos estabelecimentos recenseados por condição do produtor

Tipo	1985		1995	
	Área (ha)	%	Área (ha)	%
• Proprietário	110.571	90,6	89.515	96,4
• Arrendatário	5.296	4,3	1.769	1,9
• Parceiro	3.567	2,9	1.320	1,4
• Ocupante	2.573	2,2	246	0,3
Total	122.007	100,0	92.850	100,0

Fonte: IBGE. *Censo Agropecuário* (1985-1996).

Tabela 14
Estabelecimentos recenseados por condição do produtor

Tipo	1985		1995	
	Estabelecimentos	%	Estabelecimentos	%
• Proprietário	1.417	63,3	1.148	92,4
• Arrendatário	239	10,7	56	4,5
• Parceiro	297	13,3	11	0,9
• Ocupante	285	12,7	28	2,2
Total	2.238	100	1.243	100

Fonte: IBGE. *Censo Agropecuário* (1985-1996).

Abelardo Luz é o município catarinense com maior número de famílias assentadas no estado de Santa Catarina com um total de 1280 famílias. Essas 1280 famílias assentadas pelo INCRA, estão reunidas em 17 projetos de assentamentos de trabalhadores rurais e abrangem uma população de aproximadamente 6.400 pessoas (considerando que uma família tenha 5 pessoas) o que representa 47% da população do município e ocupam uma área de 18.118 hectares.

Mesmo com o número elevado de assentamentos é uma região onde ocorrem ocupações constantes de terras e sempre há presença de acampamentos de trabalhadores rurais sem terra.

A Tabela 15 traz os assentamentos existentes no município de Abelardo Luz a área destes, data de criação e o número de famílias assentadas.

Tabela 15
Assentamos rurais no município de Abelardo Luz

Nome do Assentamento	Área (ha)	Data de criação	Número de famílias
Papuan I	359	14/01/86	27
Sandra	1.001	14/01/86	58
Santa Rosa I	1.193	22/01/87	82
Papuan II	890	01/04/87	63
Santa Rosa II	669	10/04/87	52
Capão Grande	1.285	28/06/88	91
Volta Grande	1.326	08/03/89	74
Indianópolis	1.337	10/01/95	90
Juruá	419	21/12/95	40
Santa Rosa III	232	05/01/96	16
Recanto do Olho D'Agua	470	05/08/96	25
São Sebastião	323	14/10/96	32
Três Palmeiras	765	14/10/96	70
Treze de Novembro	1.797	26/02/97	105
Novo Horizonte	765	11/04/97	60
José Maria	3.995	06/11/97	300
Padeiro	1.292	1998	95
Total	18.118		1.280

Fonte: INCRA – SC.

Considerações finais

As análises feitas a partir de alguns dados e da pesquisa de campo realizada no município de Abelardo Luz, permitem afirmar que aconteceram mudanças e impactos importantes do ponto de vista econômico para a economia local, com o estabelecimento dos assentamentos de reforma agrária.

O fato de representar atualmente, aproximadamente 47% da população do município, significa que a participação efetiva dos assentados na comunidade local, se tornou indispensável para a manutenção de algumas atividades econômicas. Inclusive, politicamente, qualquer candidato precisa do apoio de parte dos assentados para se viabilizar em qualquer cargo representativo.

Verificou-se que, mesmo com a perda de importantes áreas produtivas no município, o valor relativo da área utilizada com lavouras temporárias aumentou de 44,9% para 46,7% no período em que inicia-se o estabelecimento dos assentados, e as áreas produtivas não utilizadas reduziram-se de 5% para 0,9%. O aumento no percentual de áreas utilizadas com lavouras temporárias mesmo com o desmembramento de áreas da região sul do município demonstra claramente que nesse período houve uma intensificação da exploração das áreas ao norte do Rio Chapecó, região onde se concentram os assentamentos rurais.

Constatou-se um incremento nas vendas dos produtos e serviços oferecidos pelo comércio local com o consumo e a participação dos assentados.

Estes resultados, porém, escondem alguns problemas importantes como, a insuficiência e má conservação das estradas vicinais que dificultam o escoamento da produção agrícola dos assentados e a descontinuidade na concessão do PROCERA. O que têm dificultado a obtenção de uma performance ainda melhor dos assentamentos no município.

Apesar de tudo, os resultados positivos verificados no município de Abelardo Luz, mostram que, mesmo com todos os problemas e dificuldades dos trabalhadores rurais que ali se encontram, a alternativa dos assentamentos como opção ao desenvolvimento local, se torna viável.

Referências bibliográficas

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DE SANTA CATARINA. Florianópolis: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico/Diretoria de Estatística e Geoprocessamento/Gerência de Análise Estatística, 1995.

IBGE. Censo Agropecuário 1985 – Santa Catarina. Rio de Janeiro, 1991.

IBGE. *Censo Agropecuário 1996/1997* – Brasil. Rio de Janeiro, 1998.

IBGE. *Censo demográfico 1991* – Santa Catarina. Rio de Janeiro, 1994. n. 23**.**

IBGE. *Informações Básicas Municipais*.

LEITE, S. *Impactos regionais da reforma agrária no Brasil*: aspectos políticos, econômicos e sociais. Disponível em: <http://www.dataterra.org.br/Semce/Bird-texto.htm>. 1999.

PLANO BÁSICO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E ECOLÓGICO DE ABELARDO LUZ. 1997.

REYDON, B.; PLATA, L. Políticas de mercados de tierras en Brasil. In: PERSPECTIVAS sobre mercados de tierras rurales en América Latina. Washington: Banco Interamericano de Desarrollo, 1998. (Informe Técnico).

SWAMINATHAN, M. *Uncommon opportunities*. An agenda for peace and equitable development. 1994.

TESTA, M.; NADAL, R.; MIOR,L.; BALDISSERA, I.; CORTINA, N. *O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense*. Florianópolis: EPAGRI, 1996.